



## WELDER DE ASSIS MIRANDA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR  
PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DE GOIÁS.

Agravo para o Supremo Tribunal Federal.  
Processo de Origem: 5443889-68.2020.8.09.0051.  
(Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Goiás)  
Agravante: **DIEGO RAMOS PEREIRA**.  
Agravado: **MINISTÉRIO PÚBLICO**.

**DIEGO RAMOS PEREIRA**, devidamente qualificado nos autos, **inconformado com a decisão que denegou o seguimento do Recurso Especial** interposto, vem por intermédio de seu advogado infra-assinado, com o devido respeito e acatamento, à presença de Vossa Excelência, interpor **AGRAVO PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, com fundamento no **artigo 28, e seguintes da Lei de nº 8.069 / 70 e 522, e seguintes do Código de Processo Civil**, e demais dispositivos aplicáveis, do referido ato, consubstanciado em peça apartada, para os fins de direito.

Atendendo aos requisitos do art. 524, III, do CPC, informa o nome e endereço do advogado da agravante.

- 1 -

Av. Goiás, nº 174, sala 1.306, Edifício São Judas Tadeu, Centro, Goiânia – GO  
Fone: (062) 98172 - 5033.

Valor: R\$ 0,00  
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimentos Investigatórios -> Inquérito Policial  
ASSESSORIA PARA ASSUNTO DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS  
Usuário: Leonardo da Cunha Meneses Iatarola - Data: 21/08/2023 15:54:03



## WELDER DE ASSIS MIRANDA

**AGRAVANTE: DIEGO RAMOS PEREIRA – Dr. WELDER DE ASSIS MIRANDA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB – GO nº 28.384.

**AGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA.**

Nestes Termos,  
Requer Deferimento.

Goiânia, 14 de agosto do ano de 2.023.

Welder de Assis Miranda.  
OAB – GO 28.384.

Valor: R\$ 0,00  
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimentos Investigatórios -> Inquérito Policial  
ASSESSORIA PARA ASSUNTO DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS  
Usuário: Leonardo da Cunha Menezes Iatarola - Data: 21/08/2023 15:54:03



## WELDER DE ASSIS MIRANDA

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS.

### RAZÕES DE AGRAVO

#### 1 – DA TEMPESTIVIDADE DO PRESENTE RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO

Excelência, o recurso é tempestivo!

A decisão objeto desse agravo foi publicada e circulada no DJ em 12 / 08 / 2.023, razão pela qual é tempestivo o presente agravo de instrumento, pois, protocolizado nos 05 (Cinco) dias de prazo a que tem direito.

#### I – DO CABIMENTO CONSTITUCIONAL DO RECURSO

Dispõe a Constituição Federal, que caberá Recurso Extraordinário quando o acórdão proferido por Tribunal Estadual diferir de decisões de outros tribunais estaduais a respeito de interpretação de lei federal.

Para tanto, em anexo, seguem certidões de vasto repertório autorizado de jurisprudência quanto à decisão recorrida, bem como, acórdão proferido por outros E. Tribunais que confronta com aquelas outras decisões.

- 3 -

Av. Goiás, nº 174, sala 1.306, Edifício São Judas Tadeu, Centro, Goiânia – GO  
Fone: (062) 98172 - 5033.

Valor: R\$ 0,00  
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimentos Investigatórios -> Inquérito Policial  
ASSESSORIA PARA ASSUNTO DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS  
Usuário: Leonardo da Cunha Menezes Iatarola - Data: 21/08/2023 15:54:03



## WELDER DE ASSIS MIRANDA

Valor: R\$ 0,00  
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimentos Investigatórios -> Inquérito Policial  
ASSESSORIA PARA ASSUNTO DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS  
Usuário: Leonardo da Cunha Meneses Iatarola - Data: 21/08/2023 15:54:03

### II – DO PREQUESTIONAMENTO

Por outro lado, o presente Recurso Extraordinário funda-se em matérias de direito que já foram objetos de apreciação desse E. Tribunal, e rejeitados, não constituindo nenhuma causa de originalidade para a apreciação do E. Superior Tribunal de Justiça.

Assim, apresentando desde já, em anexo, as razões de recurso, requer seja o mesmo recebido e, processado, que se lhe dê encaminhamento ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, para que, com as formalidades inerentes à espécie, possa a matéria sustentada se submeter à apreciação daquela.

### 2 – DOS FATOS

“**Ex positis**”, requer seja reformada a decisão agravada na oportunidade do juízo de retratação, em assim não ocorrendo, após as formalidades de estilo, requer seja julgado o presente recurso ao Tribunal *ad quem*.

A decisão agravada nega seguimento ao Recurso Especial com base na inexistência integral de acórdãos que demonstrem a divergência jurisprudencial havida.

Ocorre, porém, que o traslado das ementas dos referidos acórdãos, por si só, já caracteriza a divergência como exigida, dispensando assim a transcrição na íntegra dos acórdãos, o que seria em demasiado formalista e não alteraria a essência de tal demonstração, conseguindo-se, desta forma, alcançar o objeto desejado.

As ementas citadas cumpriram com o seu objetivo de demonstrar a divergência jurisprudencial, visto que estas

- 4 -

Av. Goiás, nº 174, sala 1.306, Edifício São Judas Tadeu, Centro, Goiânia – GO  
Fone: (062) 98172 - 5033.



## WELDER DE ASSIS MIRANDA

reproduziram fiel e inequivocamente os seus respectivos acórdãos em seus conteúdos fundamentais:

Neste sentido, tem-se o pensamento de **SAMUEL MONTEIRO** (RECURSO ESPECIAL, 1ª Ed. Hemus Editora Limitada, 1.992).

“Todavia, além da decisão sábia, contrária a esse formalismo, cabe aqui ponderar que:

a) Outras vezes, do paradigma só é relevante a própria ementa, quando traduz com precisão o tema relevante do acórdão;

b) dentro desse contexto, que interesse há em obrigar-se o recorrente a longas infrutíferas transcrições de trechos e acórdãos paradigma, se dele aproveita-se apenas a ementa;

Portanto, deve-se ter o objetivo maior do recurso especial que é o de assegurar o cumprimento de um direito Constitucional, para que através de uma análise mais profunda de uma determinada questão seja possível chegar a uma verdadeira justiça.

Assim, o recorrente, mesmo não tendo reproduzido os acórdãos na íntegra, não pode ter o seu direito cerceado mais uma vez, mesmo porque, não se fugiu aos sentido real do recurso especial.

Foi mencionado ainda às fls... dos autos, que o Recurso Especial não merece seguimento para o Superior Tribunal de Justiça, tendo em vista, que não interposto Embargos de Declaração.

- 5 -

Av. Goiás, nº 174, sala 1.306, Edifício São Judas Tadeu, Centro, Goiânia – GO  
Fone: (062) 98172 - 5033.

Valor: R\$ 0,00  
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimentos Investigatórios -> Inquérito Policial  
ASSESSORIA PARA ASSUNTO DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS  
Usuário: Leonardo da Cunha Meneses Iatarola - Data: 21/08/2023 15:54:03



## WELDER DE ASSIS MIRANDA

Porém, no r. acórdão não ocorreu ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, por esse motivo a desnecessidade na interposição do Recurso de Embargos de Declaração.

Para **TOURINHO FILHO**:

“Os embargos declaratórios “têm, inegavelmente, natureza recursal, porquanto a sua finalidade outra não é senão a de reparar o gravame produzido às partes em decorrência de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão”. **FERNANDO CAPEZ**, Curso de Processo Penal, 14ª Edição, Revista e Atualizada, Editora Saraiva, ano 2007, págs. 509.

Impõe-se a reforma da respeitável decisão de fls... que inadmitiu seguimento ao Recurso Especial em Apelação Criminal, demonstrado e pré-questionado nas razões da própria Apelação Criminal, consoante Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal e Súmula 211 desta Corte, proferida contra os Agravantes, pelas razões a seguir expostas:

Não procedem os obstáculos. Não obsta o conhecimento do recurso à falta de menção, de determinado dispositivo legal, se a questão jurídica foi enfrentada” (STJ – 3ª Turma, REsp. 106.671 – SP, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, j. 10.3.07)

A matéria ventilada no Recurso Extraordinário é jurídica e não fática conforme entendimento do Tribunal *a quo*. Portanto, não houve violação à Súmula 279.

- 6 -

Av. Goiás, nº 174, sala 1.306, Edifício São Judas Tadeu, Centro, Goiânia – GO  
Fone: (062) 98172 - 5033.

Valor: R\$ 0,00  
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimentos Investigatórios -> Inquérito Policial  
ASSESSORIA PARA ASSUNTO DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS  
Usuário: Leonardo da Cunha Meneses Iatarola - Data: 21/08/2023 15:54:03



## WELDER DE ASSIS MIRANDA

A respeito do prequestionamento, leiam-se as precisas e modernas lições de **RODOLFO DE CAMARGO MANCUSO**:

“... atualmente, o prequestionamento da matéria devolvida ao STF e ao STJ por força dos recursos extraordinário e especial há que ser entendido com temperamento, não mais se justificando o rigor que inspirou as Súmulas 282, 317 e 356. Desde que se possa, sem esforço, aferir no caso concreto que o objeto do recurso está razoavelmente demarcado nas instâncias precedentes, cremos que é o quantum satis para satisfazer essa exigência que, diga-se, não é excrescente, mas própria dos recursos de tipo excepcional. (...) Daí por que, tanto que o tema federal ou constitucional tenha sido agitado, discutido, tornando-se res dubia ou res controversa (RTJ 109/371), cremos que ele estará prequestionado.” **(Recurso Extraordinário e Recurso Especial, São Paulo, Ed. RT, 1990, pp. 123 e 124).**

O caso em colação merece ser reapreciado por Corte Superior tendo em vista o julgamento ter sido realizado com ofensa à Lei Federal não somente no tocante inaplicabilidade de Lei Federal, vez que, o Conselho de Sentença portou – se alheio às alegações do apelante em relação a sua inocência no delito ora em comento, no momento que julgou procedente os fatos mencionados na exordial.

- 7 -

Av. Goiás, nº 174, sala 1.306, Edifício São Judas Tadeu, Centro, Goiânia – GO  
Fone: (062) 98172 - 5033.

Valor: R\$ 0,00  
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimentos Investigatórios -> Inquérito Policial  
ASSESSORIA PARA ASSUNTO DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS  
Usuário: Leonardo da Cunha Meneses Iatarola - Data: 21/08/2023 15:54:03





## WELDER DE ASSIS MIRANDA

Portanto merece ser afastada o fundamento utilizado na decisão que inadmitiu seguimento ao Recurso Extraordinário que abaixo transcreve:

Não é razoável a alegação de ofensa aos dispositivos de lei federal apontados pelo recorrente, uma vez que a conclusão quanto ao acerto ou desacerto da decisão recorrida dependeria de incursão em matéria probatória, quando a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial, nos termos da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

O que se ventila em Recurso Especial é a violação de Lei Federal. Importante salientar que a lei é violada de acordo com a forma aplicada ou com a interpretação dada pelo Magistrado singular e, no caso em tela, confirmado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

O Recurso Extraordinário interposto apenas visa dar prosseguimento a um debate que o acórdão recorrido já enfrentou. Vale dizer, se a questão controvertida foi versada na origem, sobre ela tendo se pronunciado o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, não pode se recusar o conhecimento do recurso especial, sob o argumento de que não teria sido prequestionada: o óbice não alcança essa hipótese. Precedentes (STJ, 3ª T., REsp. nº 1.871-RJ, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, DJU de 23.04.90, p. 3220; 2ª T., REsp. nº 2.336-MG, Rel. Min. Carlos Veloso, DJU de 04.06.90, p. 5054; 2ª T., REsp. 5.229-DF, DJU de 26.11.90, p. 13774, Rel. Min. Luiz Vicente Cernicchiaro).





## WELDER DE ASSIS MIRANDA

Portanto, tratando-se de sentença penal condenatória, em que a liberdade de locomoção do Recorrente será constrangida, sendo esta Direito Fundamental do cidadão garantido constitucionalmente, necessário urge o reexame de Lei Federal violada e confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, por esta Corte Superior em obediência ao princípio do duplo grau de jurisdição que, não deve ser mitigado.

### DO PEDIDO

Em face do exposto e por tudo mais que dos autos consta, almeja o agravante **DIEGO RAMOS PEREIRA**, ver o presente recurso **CONHECIDO** e **PROVIDO**, para que Vossas Excelências reforme *in totum* a decisão ora guerreada, **PARA DAR SEGUIMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO AO COLENDO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.**

Nestes Termos,  
Requer Deferimento.

Goiânia, 14 de agosto do ano de 2.023.

Welder de Assis Miranda.  
OAB – GO 28.384.